



PROJETO TURÍSTICO: CASCATA DO JOAQUIM, GARIBALDI-RS

Eliane Muniz¹
Raqueli Remonti Rossi²
Roberta Regina de Oliveira³

Universidade de Caxias do Sul – UCS.

Resumo: *Queda d'água* é a denominação genérica dada a todos os tipos de desnivelamento do perfil de um rio, dando origem a saltos, cachoeiras, cascatas, corredeiras, cataratas, de acordo com a altura da queda longitudinal sofrida. São atrativos turísticos naturais de grande valor, encontrados facilmente na região turística da Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul, devido ao seu relevo. Porém, para que a queda d'água se torne um atrativo turístico devem ser analisados fatores como localização, potencial e valorização dos demais componentes do cenário, como fauna e flora. Para um bom aproveitamento do atrativo são necessários alguns cuidados, como manutenção e plano de manejo da área, controle dos visitantes, visando sempre o menor impacto possível.

Palavras-chave: Turismo; atrativo turístico; quedas d'água; Cascata do Joaquim; Garibaldi-RS.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar as possibilidades, como atrativo turístico, da Cascata do Joaquim, localizada em Garibaldi- RS, propondo para o local um projeto turístico centrado na queda d'água e adequado ao perfil de visitante esperado para o local. O município de Garibaldi integra a região turística da Serra Gaúcha, na microrregião Uva e Vinho, conforme a proposta de regionalização da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR),

¹ Acadêmica do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul – UCS. E-mail: muniz@ucs.br

² Acadêmica do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul – UCS.

³ Acadêmica do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul – UCS. E-mail: rroliveira1@ucs.br



para o Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Cascata do Joaquim localiza-se na Linha Araujo e Souza, interior do município, a nove quilômetros da sede, na propriedade rural de Rosa Maria e Expedito Costi, que conta com aproximadamente 5ha de área nativa.

Para a proposta de intervenção na área, realizou-se inventariação turística, visita de observação, além de revisão bibliográfica e documental, dentro da proposta de elaborar o projeto turístico, adequado ao recurso disponível no local. Tal objetivo foi desenvolvido baseado nos seguintes princípios: (a) promover o turismo de forma organizada, rentável e segura; (b) possibilitar a preservação ambiental e manutenção do ecossistema de forma sustentável; (c) minimizar o impacto ambiental e sociocultural, já existente; (d) desenvolver na comunidade local a conscientização ecológica; (e) estabelecer parcerias para manutenção e cuidados com o atrativo (Prefeitura, Secretarias do Meio Ambiente e do Turismo, Empresários locais, ONG's, Associação de Moradores, Escolas, Universidades).

2 ATRATIVO TURÍSTICO E SUA ESTRUTURAÇÃO

Atrativo turístico, em seu sentido mais amplo, se refere a “locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los” (BRASIL, MTur, 2010), que motiva o deslocamento de pessoas, a fim de conhecê-los. O mesmo documento os classifica como Naturais; Histórico-Culturais; Manifestações e usos tradicionais e populares; Realizações técnicas e Científicas Contemporâneas; e Acontecimentos programados.

Os atrativos turísticos organizados podem ser compreendidos como um conjunto de elementos detentores de atratividade (tangíveis e intangíveis) organizados de modo a satisfazer expectativas e percepções de determinado segmento de mercado.

Considerando a cadeia do turismo, os atrativos turísticos são um de seus principais componentes, por serem o fator motivador de visitas a determinado território. A organização dos atrativos turísticos pressupõe algumas condições necessárias, capazes de



torná-los conhecidos, como acesso, serviços de alojamento, restaurantes, transportes, dentre outros.

Entre os atrativos naturais, estão as quedas d'água, denominação genérica de todos os tipos de desnivelamento do perfil de um rio, dando origem a saltos, cachoeiras, cascatas, corredeiras, cataratas, de acordo com a altura da queda longitudinal sofrida pelo rio. Há diferentes tipos de Quedas D'água, conforme Ministério do Turismo:

- Catarata: Queda d'água de grande extensão e grande volume de água. Ex.: Cataratas do Iguacu (PR).
- Cachoeira: Queda d'água vertical ou muito íngreme no curso de um rio. Ex.: Paulo Afonso (BA).
- Salto: Queda d'água menor que forma saltos nas saliências das rochas, assemelhando-se a degraus.
- Cascata: Queda d'água de pouca altura e volume reduzido.
- Corredeira: Trechos acidentados dos rios onde as águas têm maior velocidade. São aproveitados pelo turismo para prática do rafting (descida em barcos infláveis).

A estruturação de um atrativo turístico compreende sua infraestrutura e superestrutura. Por infraestrutura compreendem-se as condições básicas de habitabilidade e apoio aos equipamentos e serviços turísticos. De forma geral “consiste na rede viária e de transportes, no sistema de telecomunicações, de distribuição de energia, de água, de captação de esgotos e outros, sem os quais nenhuma classe de consumidor disporia de serviços públicos básicos” (BENI, 1998, p.123). A superestrutura refere à organização pública e privada que permite harmonizar a produção e a venda dos diferentes serviços que envolvem a atividade turística compreendida no Sistema de Turismo (SISTUR) proposto por Beni (1998).

O Turismo representa uma atividade plurisetorial que necessita de coordenação e de planejamento de seu desenvolvimento que só podem ser providos pelo poder público. Outra característica é a sua implicação social e cultural que não pode e não deve interessar apenas ao empreendedor, mas acima de tudo, ao governo, que representa a garantia aos interesses da coletividade (BENI, 1998, p.98).



Entre os itens integrantes da superestrutura está a legislação. No caso de atrativos Naturais, destaca-se a importância de atender à legislação ambiental.

3 CASCACATA DO JOAQUIM: PROPOSTAS PARA ÁREA

O atrativo está localizado em uma área rural, no interior do município de Garibaldi – RS, na encosta Superior do Nordeste da Serra Gaúcha. O clima é subtropical, com temperatura no inverno chegando aos 3,5°C e no verão podendo alcançar os 33°C. O solo é inclinado e montanhoso, um dos motivos da formação de inúmeras quedas d'água em suas encostas. A altitude é de 613 m do nível do mar. Segundo Fortes (1956), a vegetação desta região se mostra transitória entre florestas latifoliadas e pinhais. As latifoliadas ocupam as partes inferiores, sendo bem exuberantes, passando para florestas mistas e com pinhais nas partes mais elevadas, nas encostas mais suaves e em vales largos. Entre a mata nativa encontram-se várias espécies de pássaros, répteis, peixes e mamíferos de pequeno porte.

A queda d'água, que se encontra na propriedade, corre por rochas basálticas, predominante em toda a região, sua queda é de aproximadamente seis metros de altura e a largura é de aproximadamente oito metros. Sendo assim, caracterizando-a como um *salto*; mas, como a queda d'água já havia sido denominada pelos moradores e visitantes como *cascata*, será mantido tal tratamento.

O atrativo encontra-se em uma Área de Preservação Permanente (APP). Considera-se como de preservação permanente, pelo efeito do Art. 2º do Código Florestal, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo de rios, cursos d'água, ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais e nascentes. Nesses termos, analisado o local, constataram-se os seguintes problemas:

- Impactos e degradação ao meio ambiente;
- Público incompatível com o recurso turístico.
- Ausência de infraestrutura;
- Falta de sinalização turística;



- Falta de local adequado para estacionamento, provocando a “invasão” nas proximidades da residência familiar;
- Falta de privacidade aos proprietários;
- Não há segurança de nenhum tipo no local;
- Falta de iluminação.

Visando minimizar esses problemas, a proposta para o local pelo grupo de trabalho envolve a criação de trilhas interpretativas. Trilhas interpretativas são conjuntos de vias e percursos com função educativa e vivencial. Sua implantação pressupõe amplo conhecimento da fauna, flora, paisagem, clima e demais aspectos biológicos, geográficos, históricos da região. Podem ser autoguiadas ou percorridas com o acompanhamento de condutores, guias e intérpretes devidamente capacitados. A depender do tipo de trilha e grau de dificuldade, podem conter sinalização, equipamentos de proteção e facilitadores (corrimões, escadas, pontes), proporcionando interação das pessoas com a natureza, e a compreensão da responsabilidade em relação aos recursos naturais.

Considere-se para pré-determinação do local para implantação da trilha, o desgaste do solo e o trajeto que os visitantes já percorrem para chegar a “cascata”. Para viabilizar a implantação da trilha, sugere-se a introdução de árvores de diferentes tipos, inclusive as frutíferas, para atrair pequenas aves. Sugere-se desenvolver esse plantio em conjunto com alunos e professores das escolas municipais, a fim de estimular a consciência ecológica e o aprendizado das crianças.

Para implantação das trilhas serão avaliados os seguintes critérios. Primeiro, as obras serão feitas na fase de implantação da trilha. Segundo Andrade (2003) *apud* Alcantra(2007), haveria três fatores mais comuns como causadores da necessidade da realização de obras em trilhas: drenagem, ultrapassagem de corpos d’água e contenção de erosão.

Após a análise da definição de cada obra, as principais obras a serem realizadas junto aos caminhos que levam a Cascata do Joaquim serão:



- a) Contensão de erosão: será feito em forma de degraus, devido ao terreno ser íngreme. Os degraus poderão ser feitos com pedras, troncos, e pranchas de madeira.
- b) Sinalização: a sinalização é fundamental principalmente em trilhas autoguiadas. A sinalização será feita com marcação de tinta, em árvores e em placas informando direção, distância, pontos importantes. Para a correta instalação das trilhas contaremos com a assistência de profissionais da área ambiental e técnicos para desenho e elaboração de projetos com engenheiros civis.
- c) Implantação de Lixeiras: dentre as obras da trilha está a disposição de lixeiras ao longo da mesma, visando estimular a consciência ecológica e responsabilidade ambiental dos indivíduos.
- d) Capacidade de Carga: O cálculo da capacidade de carga é elaborado considerando os aspectos da localidade, o tipo de turismo pretendido, ou já existente. Os aspectos seriam a extensão da trilha, o tempo necessário para percorrê-la, os fatores limitantes (erosão, chuvas, fator social) entre outros que possam vir a surgir. Dessa forma é definido a quantidade máxima de visitantes por dia, numero de grupos. A partir disso podemos definir a melhor estrutura para servir os visitantes, quantidade de funcionários, equipamentos de apoio.

Os procedimentos a serem adotados para o monitoramento e manutenção das trilhas devem estar previstos no Plano de Manejo da área. O Plano de Manejo consiste em um conjunto de intervenções que provem a conservação biológica, a partir de inventários, planejamentos de uso e criação e implantação de Unidades de Conservação e ações que viabilizem a manutenção como um todo (ALCANTRA, 2007). O Plano de Manejo é um documento técnico, mediante o qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à sua gestão.

O Plano de Manejo é considerado como uma técnica ou instrumento de organização de processos futuros, que permite otimizar as ações destinadas a alcançar objetivos



propostos para a área. Neste contexto o plano de manejo, contendo as orientações e informações ao adequado desenvolvimento das atividades e ações necessárias para se alcançar os objetivos, constitui-se no documento pelo qual se guiará o gestor da área nos seus trabalhos de administração. A elaboração e implantação de um Plano de Manejo supõem o trabalho conjunto de profissionais de diferentes áreas.

As ações para a introdução da infraestrutura, transformam o aspecto físico do local, se não houver um planejamento adequado, poderão afetar o meio ambiente natural que constitui o atrativo inicial para o visitante. Dessa forma, a elaboração de um Programa de Proteção e Conservação da Natureza Local é muito importante, a fim de estimular a preservação ecológica, evitar e ou minimizar erosão hídrica e sólida, proteção; promover o processo de conscientização; instituir policiamento contra a poluição de águas; contribuir para a manutenção de equilíbrios biológicos entre outros.

4 ENCAMINHAMENTOS FINAIS

A Cascata do Joaquim tornou-se um local muito visitado pela comunidade local e vizinha, devido a sua paisagem natural e as quedas d'água apropriadas para o banho ali presentes, daí poder ser considerada como um atrativo turístico. As famílias buscam o local para fugir do calor nos dias mais quentes e acabam encontrando a cascata do Joaquim como forma de diversão, entretenimento e lazer. Com isso, a cascata tornou-se conhecida através da comunicação boca a boca. Os proprietários, percebendo a grande procura pelo local, decidiram não restringir a entrada desses visitantes. Por esse motivo, a cascata passou a ser frequentada pelos mais diversos públicos, em todos os períodos do ano.

Atualmente, se observa a presença dos seguintes perfis de visitantes, os quais frequentam o local normalmente aos finais de semana: pescadores, jovens, famílias, religiosos. Pescadores, segundo o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), é o indivíduo que utiliza instrumentos como varas, iscas, redes e barcos pesqueiros para retirar do meio aquático (água doce ou salgada) principalmente peixes,



moluscos e crustáceos, que servirão de alimento à própria família e também para comércio.

De acordo com o MBtur (2010)⁴, considera-se por “atividades turísticas” o conjunto de atividades e serviços gerados em função do turismo, ou seja, no caso do Turismo de Pesca, da viabilização da prática da pesca amadora aos indivíduos que se deslocam a partir de sua residência habitual. Esse conjunto envolve a oferta de equipamentos, produtos e serviços, tais como: Operação e agenciamento turístico, Serviços de Transporte, Meios de Hospedagem, Serviços de Alimentação, Recepção e condução, Eventos, Material para pesca e Outras atividades complementares que existam em função do Turismo de Pesca – oficinas de reparos de embarcações, estaleiros.

Diante disso, para fins de elaboração e implementação de políticas públicas, o Ministério do Turismo trabalha o Turismo de Pesca no âmbito da pesca amadora, de acordo com as legislações e normativas vigentes, levando em consideração a prática do pesque e solte, pois visa promover a conservação do recurso pesqueiro, garantindo a atratividade e a competitividade do destino de Turismo de Pesca por mais tempo. Pelo alto grau de informalidade existente no segmento, existem poucos dados e informações sobre o pescador que frequenta o local, sendo possível afirmar que o mesmo pratica a atividade para consumo próprio e também para lazer, porém não caracterizando uma atividade turística.

Quanto aos jovens, ser jovem ou estar na juventude é um período da vida situado entre a infância e a vida adulta e que expressa todas as ambigüidades de um tempo marcado pela busca da maturidade, as incertezas de assumir novos papéis sociais, posicionar-se perante a estrutura social e de poder de sua sociedade (Levi e Schmitt 1996 apud GIARETTA, 2003, p. 5).

Famílias, segundo IBGE, é o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar,

⁴ Turismo de Pesca: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010



ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo).

Religioso é aquele que professa uma religião. Religião por sua vez é um conjunto de sistemas culturais e de crenças, além de visões de mundo, que estabelece os símbolos que relacionam a humanidade com a espiritualidade e seus próprios valores morais. Em um documento oficial expresso na Conferência Mundial de Roma, realizada no ano de 1960, o turismo religioso é compreendido como uma organização que movimenta inúmeros peregrinos em viagens pelos mistérios da fé ou da devoção a algum santo. A sua prática efetiva realiza-se de diversas maneiras: as peregrinações aos locais sagrados, as festas religiosas que são celebradas periodicamente, os espetáculos e as representações teatrais de cunho religioso, e os congressos, encontros e seminários, ligados à evangelização.

Após a análise dos perfis encontrados, observamos que há uma incompatibilidade entre os públicos e o recurso turístico, ou seja, os visitantes encontrados não seriam compatíveis com o produto oferecido. Considera-se como perfil mais compatível ao atrativo um público acadêmico, formado por estudantes e pesquisadores (educação ambiental), e esportistas.

REFERÊNCIAS:

BENI, Mário Carlos – Análise Estrutural do Turismo. – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998 e 2001.

FORTES, A. B. Aspectos Fisiográficos, demográficos e econômicos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1956



AICANTRA, Leonardo C. – Trilhas Interpretativas da Natureza: Planejamento, Implantação e Manejo. – Brasília, 2007.

GIARETTA, Maria José. Turismo da Juventude. Barueri, SP: Manole, 2003.

Decreto Nº 24.643, de 10 de Julho de 1934 - Código de Águas

Sites consultados:

IBGE - <http://www.ibge.gov.br> – Acesso em 08/04/13

MINISTÉRIO DO TURISMO - <http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html> - Acesso em 25/03/13

IBAMA – <http://www.ibama.gov.br> – acessado em 25/05/2013

<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2013/files/p0397.pdf> - Acesso em 08/04/13

<http://portaldomeioambiente.org.br/editorias-editorias/meio-ambiente-legal/4866-entenda-o-que-e-app> - Acesso em 25/03/13

<http://ambientes.ambientebrasil.com.br> –

Acesso em 01/06/13 <http://www.ecoparquesperry.com.br> - Acesso em 15/06/13

<http://www.garibaldi.rs.gov.br/a-cidade/informacoes-socioeconomicas/> - Acesso em 25/05/13

http://www.sbe.com.br/ptpc/ptpc_v2_n1_057-068.pdf - Acesso em 25/05/13

<http://www.iledexapana.brtdata.com.br/orixas/ebosorixa/ebosorixa.html> - Acesso em 15/06/13

http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/secretaria_programas/dfpit/ - Acesso em 16/06/13